



Número: **0800018-38.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **03/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ADAILTON DA SILVA SILVESTRE (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26161 260	12/11/2019 16:32	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**  
**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

---

**DATA: 12 de novembro de 2019, 16:29:25**

**PROCESSO NÚMERO - 0800018-38.2019.8.15.2003**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

**AUTOR: JOSE ADAILTON DA SILVA SILVESTRE**

Advogados do(a) AUTOR: Maria Cíntia Grilo da Silva – OAB/PB nº 17.295

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Preposto: Augusto César Araújo Lima, OAB/PB 20.863

Advogados: Evandro de Souza Neves Neto, OAB/PB 13836; André Luiz F. Vasconcelos Sobrinho, OAB/PB 18.747; Jonh Carvalho Gois - OAB/PB 21.936-A

Estudantes de Direito/Ouvintes: Vinícius Carvalho Silveira - RG 3.714.054-2ª via-SSDS/PB; Djullie Caroline de Barros Rocha – RG 8.821.416-SSP/PE

---

Aberta a audiência, a parte aceitou se submeter à perícia médica, conforme laudo que segue. Proposta conciliação, não logrou êxito. Dada vista do laudo pericial às partes, não ofereceram impugnação e também não requereram a produção de outras provas, tendo o advogado da parte promovida afirmado que já houve o pagamento na esfera administrativa no valor correspondente. Em seguida, pela MM. Juíza foi dito: "Vistos. Infrutífera a composição entre as partes, ao tempo em que estas ficam devidamente cientes do laudo pericial, o qual servirá como meio de prova. Se já tiver havido o depósito dos honorários periciais, oficie-se ao Banco do Brasil, a fim de que seja procedida à transferência dos honorários periciais para a conta do perito. Se não tiver havido o pagamento, fica desde já a parte ré intimada para a providência, seguindo-se ao ofício depois de comprovado o depósito. Venham-me conclusos para sentença. E, nada mais havendo a tratar, mandou a MM. Juíza encerrar este termo que, lido para todos os presentes e achado conforme, vai devidamente assinado digitalmente. Intimados os presentes em audiência.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**

